

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

1 Ata da **597ª** reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba
2 (CMESO), realizada em vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, a partir
3 da ferramenta virtual Google Meet, link: [https://meet.google.com/gdw-qoxr-](https://meet.google.com/gdw-qoxr-fys)
4 [fys](https://meet.google.com/gdw-qoxr-fys). A reunião iniciou-se às 9h15, sob a Presidência do Prof. Dr. Alexandre da Silva
5 Simões, que abriu os trabalhos agradecendo a participação de todas e todos. **I.**
6 **EXPEDIENTE. Verificação das presenças.** Confirmado o quórum, registramos a
7 participação na videoconferência dos(as) conselheiros(as): **Titulares.** Alexandre
8 da Silva Simões, Adriana Santos Pinto, Ana Paula Souza Brito, Andrea Picanço
9 Souza Tichy, Angélica Lacerda Cardoso, Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez,
10 Denilson de Camargo Mirim, Elaine Cristina Nochelli Braz, Gilmar Felipe Piccin de
11 Lima, Joyce de Oliveira Campos, Marília Maria Rodrigues de Almeida Barreto,
12 Marina Benitez Flório Fagundes, Marinês Christofani, Miriam Cecília Facci, Pedro
13 Luiz Rodrigues, Petula Ramanauskas Santorum e Silva, e Valéria de Fátima de
14 Moura Ferrette. Ausência justificada da Conselheira: Rosângela Quequeto de
15 Andrade Almeida. **Suplentes.** Daniela de Ávila Pereira Lourenço e Sandra
16 Aparecida Moraes. O link de acesso foi tornado público juntamente com a pauta
17 da reunião, disponibilizada aos membros do colegiado, no site do CMESO
18 (www.cmeso.org), e compartilhado em grupos e redes sociais. A reunião foi
19 transmitida ao vivo através do canal do CMESO no YouTube
20 (<https://youtu.be/v64E1gedghE>). **Palavra da Presidência. 1)** O Sr. presidente
21 deu ciência da expedição dos memorandos nº 49/2021 (que informou a SEDU
22 sobre a deliberação do colegiado na última reunião), nº 50/2021 (que solicitou a
23 publicação do Parecer nº 07/2021, aprovado na última reunião do colegiado,
24 referente ao projeto de emenda que retira a autonomia dos Conselhos
25 Municipais) e nº 51/2021 (que encaminhou o Parecer nº 07/2021 no âmbito da
26 Câmara Municipal); **2)** Informou o recebimento do convite do Instituto Kayton
27 em Ação, instituição filantrópica que atende estrangeiros em situação de
28 vulnerabilidade, referente a uma audiência pública a realizar-se dia 29 de
29 setembro de 2021, às 19h, cujo tema principal são os problemas enfrentados por
30 estrangeiros no município de Sorocaba; **3)** Notificou quanto ao recebimento do
31 Ofício SEDU/GS nº 1283/2021 que solicita a inclusão do projeto CONECTA na
32 pauta do colegiado, em atendimento a Deliberação CMESO nº 02/2018 e do
33 recebimento do Ofício SEDU/GS nº 1408/2021, referente ao Ofício CMESO nº

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

34 49/2021; **4)** Compartilhou a nota pública emitida pela UNCME/SP nº 08/2021,
35 que trata-se de manifestação contrária à Proposta de Emenda Constitucional nº
36 13/2021, que desobriga os Estados e Municípios da aplicação de percentuais
37 mínimos da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício
38 de 2020 e conclama os conselhos municipais de educação para que se
39 manifestem sobre o tema. **Palavra dos membros.** **1)** A Conselheira **Miriam**
40 **Cecilia Facci** repudiou o retrocesso que representa a desobrigação da
41 aplicabilidade de percentuais mínimos na educação e ressaltou a importância da
42 manifestação do Conselho Municipal sobre o tema. **2)** A Conselheira **Aparecida**
43 **Ferreira Gutierrez** compartilhou que a Comissão Técnica de Acompanhamento
44 e Avaliação do Plano Municipal de Educação foi publicada e em breve serão
45 realizadas as convocações. Também retomou e solicitou a devolutiva do Ofício
46 enviado pela SEDU ao CMESO em relação aos membros do Conselho que irão
47 compor a Comissão de organização do Fórum de monitoramento das metas do
48 Plano Municipal de Educação. **Palavra da Comunidade.** Não houve
49 manifestação. **ORDEM DO DIA. 1. Discussão e encaminhamentos referentes ao**
50 **Ofício SEDU/GS nº 1.408/2021.** O Presidente leu o Ofício nº 1408/2021,
51 encaminhado pelo Sr. Secretário da Educação, Márcio Carrara. Além disso, leu
52 os artigos 7º, 8º e 3º do Regimento Interno e observou que, analisando o Ofício
53 encaminhado, realmente há margem para dúvida na interpretação do
54 processo de votação, portanto, propôs a anulação da Deliberação aprovada em
55 reunião anterior e que trata dos projetos de Robótica, Educação Financeira e
56 Empreendedorismo. Para a Conselheira Aparecida, não se trata de uma questão
57 de interpretação, mas sim que a Deliberação deve ser decidida por maioria
58 absoluta e a forma como foi conduzida a votação não atende ao artigo 8º do
59 Regimento. A conselheira Angélica, concordando com a Conselheira Aparecida,
60 observa que o Regimento não prevê desempate ou voto de minerva e, sendo
61 assim, a Deliberação proposta não foi aprovada pelo colegiado. Diante do
62 exposto, o Presidente sugeriu considerar a Deliberação como não aprovada. A
63 questão foi colocada em votação, onde houve uma abstenção, do Conselheiro
64 Pedro Luiz e os demais votaram pela sugestão da presidência, o que não significa
65 a validação dos projetos. **2. Discussão e encaminhamentos referentes à ação**
66 **agendada e realizada pelo poder público de “Troca de livros paradidáticos com**

67 **conteúdo inapropriado” mediante classificação da “Comissão Permanente de**
68 **Análise de Títulos e Livros Paradidáticos”**. O tema, já discutido anteriormente e
69 retirado de pauta no momento dos encaminhamentos, retornou ao colegiado
70 para a definição de próximos passos. Assim, o presidente fez uma breve síntese
71 das informações levantadas em reunião anterior, observando o trabalho
72 hercúleo que foi desenvolvido pela comissão responsável pela análise dos
73 títulos. Como síntese, foram salientados os fatos de que: 1) O termo de
74 confidencialidade impedia a ampla divulgação do que se lia; 2) Nem todas as
75 fichas de avaliação foram digitalizadas e disponibilizadas no drive, o que
76 dificultou o acesso a todos os pareceres; 3) Não houve uma análise coletiva de
77 cada título, prevalecendo uma única avaliação; 4) não foram identificados
78 movimentos de discussão coletiva para a definição do que fazer com cada obra
79 reprovada; 5) Relatório final elaborado por apenas um membro da Comissão; 6)
80 Utilização do relatório para respaldar a troca do livro “No Meu Corpo Mando Eu”
81 pelo título “O Pequeno Príncipe”, entre outras fragilidades observadas. Diante
82 do exposto, a presidência propõe como encaminhamentos: Requerer os
83 pareceres de cada avaliador, para avaliação do colegiado; Solicitar um exemplar
84 de cada livro considerado inapropriado, para análise do colegiado; Observar se
85 há outras obras pelas quais podem ser trocados os livros considerados
86 inapropriados; Solicitar uma lista de materiais que são utilizados no trabalho de
87 orientação sexual. Em seguida, Alexandre solicitou a manifestação da
88 Conselheira Angélica, enquanto presidente do CMDCA sobre as questões
89 envolvendo a Educação Sexual. Angélica, por sua vez, considera a proposta da
90 presidência interessante, mas observa a necessidade de uma reunião conjunta
91 entre ambos os conselhos para a construção de um trabalho de enfrentamento
92 à questão da violência sexual, tendo em vista que as políticas públicas precisam
93 dialogar. A Conselheira Ana Paula, concordando com as propostas da
94 presidência, observa que o parecer emitido pela comissão induz a tomada de
95 decisão por parte do governo municipal e concorda com a proposta da Angélica
96 de uma agenda comum entre ambos os conselhos, com a presença de
97 especialistas, tendo em vista que o espaço do CMESO não é suficiente para
98 esgotar as discussões sobre o tema. A Conselheira Adriana também expôs sua
99 concordância com a proposta da Conselheira Angélica de uma parceria entre os

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

100 conselhos e da necessidade de uma escuta qualificada. A Conselheira Andrea
101 Tichy solicitou uma retomada das propostas para compreender a pauta em
102 discussão, o presidente fez a retomada da proposta, quais sejam: 1) Solicitação
103 das fichas de avaliação; 2) Solicitação dos livros considerados inapropriados; 3)
104 Solicitar uma lista de materiais que são utilizados no trabalho de orientação
105 sexual; 4) Observar se há outras obras pelas quais os livros inapropriados podem
106 ser trocados e 5) Ação Conjunta entre o CMESO e o CMDCA. A Conselheira
107 Aparecida observa que o trabalho do conselho é pensar as políticas públicas, nas
108 crianças e acolhe a proposta da Conselheira Angélica, mas problematiza a
109 necessidade de solicitação das documentações propostas pela presidência.
110 Sugere que, ao invés de requisitar as cópias das fichas e dos livros, que no seu
111 ponto de vista não contribui para a construção de uma política pública de
112 educação sexual, seja construída uma Deliberação sobre o tema em pauta. A
113 Conselheira Miriam, por sua vez, reforça que não se coloca em dúvida o trabalho
114 realizado pela comissão, mas reforça a necessidade de se pensar como o
115 trabalho da comissão vem sendo construído. Ressalta ainda que, em sua opinião,
116 a função de analisar os livros que serão distribuídos para a rede deve ser
117 discutida enquanto conselho. A Conselheira Angélica observa que nossa
118 preocupação deve ser com a proteção das crianças e que as fichas e pareceres
119 estão a disposição e podem ser verificadas por um representante do CMESO, de
120 acordo com informação da conselheira Aparecida. A Conselheira Ana Paula,
121 concordando com a Conselheira Miriam, considera que o conselho deve ter
122 acesso aos pareceres da comissão avaliadora e que é possível andar com ambas
123 as propostas. O Conselheiro Pedro observa que é necessária a união de ambos
124 os conselhos para tratar do tema, mas sem perder de vista a questão posta
125 inicialmente para compreender como e de que modo houve a troca do livro “No
126 Meu Corpo Mando Eu” pelo título “O Pequeno Príncipe”. Diante do exposto, o
127 Presidente Alexandre propõe a criação de uma Comissão de avaliação, composta
128 por representantes da Comunidade, garantindo o princípio da imparcialidade e
129 que possa avaliar o andamento dos trabalhos de avaliação dos livros. Angélica
130 propõe que a comissão possa ir até a SEDU e analisar os documentos, sem a
131 necessidade de requisição de documentos. Assim, as propostas passam a ser: 1)
132 Constituição de um grupo, composto pela sociedade civil, que irá até a SEDU

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

133 para analisar a documentação de avaliação das obras, emitindo um parecer; 2)
134 A Comissão deverá ter acesso às obras consideradas inapropriadas; 3) Solicitar a
135 lista de materiais que são utilizados em nível de rede municipal para tratar do
136 tema da Educação sexual; 4) Análise do material produzido pelo CMESO e 5)
137 Reunião conjunta entre CMESO e CMDCA. Angélica sugere já sairmos da reunião
138 com uma data para a reunião conjunta, cuja proposta seria dia 19 de outubro de
139 2021, em local a ser confirmado posteriormente. O presidente colocou a
140 proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade. **3. Exposição inicial de**
141 **Minuta da Deliberação CMESO que “dispõe sobre a Política Municipal de**
142 **Segurança Escolar (PMSE) e fixa a aplicação mínima de recursos da educação**
143 **municipal para implantação e manutenção desta política”, ação decorrente da**
144 **Consulta Pública CMESO nº 02/2021, de junho de 2021, sobre a “segurança nas**
145 **escolas”**. O presidente do colegiado, Alexandre, observa que, apesar de esforços
146 da atual gestão para dar uma resposta ao quesito da segurança nos prédios
147 escolares, a falta de investimentos em segurança vem prejudicando o trabalho
148 educacional. Assim, após ampla consulta pública e conversas iniciais, surgiu uma
149 proposta de política em segurança, lida pela presidência. Após a leitura da
150 minuta, a Conselheira Aparecida observou que a fixação de valores é complicado
151 e não compete ao Conselho e que a Deliberação deve estar focada em um
152 caráter mais educativo. Assim, propõe a constituição de uma Comissão,
153 composta pelas Conselheiras Joyce e Aparecida e mais duas pessoas da
154 comunidade, a serem definidas posteriormente, para o acompanhamento e
155 construção de propostas. A proposta foi levada para votação e aprovada por
156 unanimidade. **4. Alteração na composição das Câmaras e Comissões do CMESO.**
157 O Sr. presidente informou que a Conselheira Petula Ramanauskas Santorum
158 passa a integrar a Câmara da Educação Infantil e o Conselheiro Gilmar Felipe
159 Piccin de Lima a Câmara do Ensino Fundamental. Colocou a questão em votação
160 e foi aprovada por unanimidade. Indicou, ainda, as Conselheiras Adriana Santos
161 Pinto, Ana Paula Souza Brito e Miriam Cecília Facci para comporem a Comissão
162 de Planejamento, tendo indicado os Conselheiros (as) Ana Paula Souza Brito,
163 Miriam Cecília Facci e Pedro Luiz Rodrigues para a Comissão de Legislação e
164 Normas, além de indicar as Conselheiras Adriana Santos Pinto, Ana Paula Souza
165 Brito e Miriam Cecília Facci para a composição do Conselho Editorial.



PREFEITURA DE SOROCABA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

166 **ENCERRAMENTO.** Em relação a solicitação da UNCME, após aprovação por
167 unanimidade, ficou estabelecido que o presidente vai elaborar proposta de
168 manifestação. Nada mais havendo a ser tratado nessa data, o sr. presidente
169 agradeceu a participação de todas e todos que participaram da videoconferência
170 e as pessoas que acompanharam a transmissão ao vivo pelas redes sociais,
171 dando a reunião por encerrada às 11h05. Nada mais havendo a relatar, eu, Elaine
172 Cristina Nochelli Braz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, seguirá
173 assinada por mim e pelos demais presentes. _____

174 _____

175 _____